

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**“Escola dos Incorrigíveis”: Recrutamento militar e enquadramento
social na Corte 1870-1889**

Fabiana Martins Bandeira ¹

O presente trabalho se propõe a analisar o recrutamento militar da Armada Imperial, a fim de levantar o perfil dos indivíduos que eram recrutados à força no Rio de Janeiro entre as décadas de 1870 e 1889 bem como a maneira como se procedia ao recrutamento, isto é, de que forma o indivíduo era encaminhado até a instituição. Através deste estudo, pretendemos notar algumas das transformações que se desenhavam nas populações marginalizadas da Corte.

Desta forma, visamos estabelecer uma possível relação entre o recrutamento militar na Armada e as políticas de contenção social desenvolvidas na Corte durante o período em questão, a partir da perspectiva de que as ações de recrutamento cumpriam um duplo papel de controle social da população do Rio de Janeiro das décadas de 1870 e 1880. Segundo o projeto político do Segundo Reinado, as camadas populares deveriam ser enquadradas nas instituições, de maneira a não oferecer riscos à ordem estabelecida.

Em 2004, realizamos uma pesquisa sobre memórias de marinheiros da década de 1960 para a disciplina Seminário de História Oral (BANDEIRA, 2005) sob a coordenação da Profª Icléia Thiesen. Durante as entrevistas que compunham o projeto, no desencravamento da memória, marinheiros da década de 1960 se remetem à Revolta da Chibata de 1910 e ao cotidiano de seus colegas que sofriam com os castigos físicos. A identificação dos marinheiros da década de 1960 com aqueles do início do século fez com que o objeto da pesquisa fosse transformado, voltando-se para o estudo do cotidiano da marujada do século XIX, também pouco notada na historiografia brasileira.

Essa lacuna historiográfica se torna uma justificativa para o estudo deste tema. No entanto, a relevância do estudo do recrutamento militar na Armada Imperial reside no fato de que, através do cotidiano do recrutamento forçado e dos marujos, podemos depreender análises acerca do cotidiano das camadas populares na Corte. Além disso, pode servir para

¹¹Bacharel e Licenciada em História pela UNIRIO- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

compreender como se dava o uso sistêmico da violência pelo Estado, o que, embora hoje não seja explícito e assegurado pelas leis, ainda é praticado nas instituições e defendido por alguns setores sociais brasileiros.

A renovação na historiografia militar (CASTRO, IZECKSOHN, KRAAY, 2004) se concentra, de maneira geral, em escrever a história social militar, não se limitando às narrativas factuais ou a “história dos grandes homens”. Concentra-se em paradigmas historiográficos, em questionamentos e também em indivíduos ou grupos sociais esquecidos pela historiografia tradicional. Acreditamos que a nova historiografia militar congrega modos de pesquisa e análise que podem ser interessantes para o estudo do objeto determinado.

Como arcabouço teórico para esta pesquisa, baseamo-nos em alguns estudos de diferentes inspirações. De maneira geral, podemos citar como importantes influências Michel Foucault - em relação ao estudo da repressão ao crime -, Ricardo Salles - quanto à construção da identidade e do projeto político do Império, especificamente do Segundo Reinado-, Robert Moses Pechman - no que tange às relações entre o Rio de Janeiro e a vigilância das camadas populares no período estudado-, além dos trabalhos específicos sobre Armada Imperial, destacando Álvaro Pereira do Nascimento e José Miguel Arias Neto.

Para o fim de caracterizar o recrutamento na Marinha, são utilizados dois tipos de fontes: as obras gerais referentes ao período, tratando-se, portanto de fontes secundárias, e a documentação relativa tanto aos indivíduos recrutados quanto às disposições sobre a rotina dos imperiais marinheiros, sendo estas fontes primárias, depositadas no Arquivo Nacional e no Arquivo da Marinha.

No decorrer da pesquisa, as correspondências dos inspetores do Arsenal de Marinha e do Corpo de Imperiais Marinheiros surgiram como importantes fontes para a compreensão do funcionamento das atividades da instituição. Os relatórios do Ministro da Justiça e Negócios Interiores relacionam as prisões, especificando o tipo de preso que ocupa cada instituição, bem como a movimentação nesses locais. Já os relatórios do Ministro da Marinha versam sobre o recrutamento militar na Armada e as Companhias de Aprendizes Marinheiros.

Analisando o recrutamento militar da Armada Imperial nas últimas décadas do século XIX, percebemos que há uma forte relação entre a manutenção da ordem urbana e nacional e a militarização das camadas populares. A idéia de disciplinamento social, cara aos ideais do Império, tem bastante êxito dentro da instituição militar.

Já desde o início do século XIX encontramos referências à idéia de conter a criminalidade e a desordem enviando os “vagabundos” para a Marinha. Por conta disso, não

entendemos o recrutamento forçado, nosso objeto de análise mais específico, como mero recurso utilizado pelo Estado para preencher os quadros da Marinha. Por outro lado, entendemos a manutenção da prática do alistamento compulsório - baseado na autoridade e violência policial - como uma forma de incutir ao mundo da desordem os valores disciplinadores do mundo da ordem.

Não podemos nos privar de citar as insubordinações como uma resistência dos valores populares, submetidos à “máquina disciplinadora”. Desta forma, discutiremos também as indisciplinas, buscando retratar, no alcance da documentação obtida, o cotidiano da marujada. Levantaremos ainda a relação entre a “correção moral” e o trabalho. Esse argumento é amplamente utilizado dentro da Marinha e em outras instituições.

O recrutamento militar no Brasil, segundo Fabio Faria Mendes (2004), está associado à combinação de “administração honorária” e “ordens de privilégio”. Tanto a Coroa portuguesa quanto o Estado Imperial se caracterizaram por um baixo grau de burocracia, fazendo com que o Estado tivesse que exercer sua autoridade através da rede de homens notáveis locais (MENDES, 2004: 112). Isso funciona até o desenvolvimento das forças armadas, de maneira geral, até a Guerra do Paraguai.

É interessante perceber as transformações na questão do alistamento militar da Colônia para o Império. Durante os séculos XVII e XVIII,

O poder de fazer soldados, e o não menor poder de não fazê-los, torna-se instrumento decisivo para os notáveis locais. A latitude dos poderes discricionários, assim como as possibilidades de manipulação dos critérios de isenção fazem do recrutamento um poderoso instrumento de poder econômico e social. (MENDES, 2004: 114)

Somente a partir de 1796 é que o recrutamento passa a ser coordenado pela Polícia. Há uma intensa rede de isenções, já que o recrutamento, desestabilizador das práticas cotidianas, era visto como um “inimigo da agricultura”, do comércio e da economia em geral. Apesar disso, os “vadios” eram capturados, uma vez que não estavam protegidos por nenhuma isenção.

Assim, pratica-se a isenção do serviço militar aos homens de “importância social” e àqueles cujas atividades econômicas são fundamentais ao Império que estava nascendo. Se quem não podia ser recrutado estava explícito nas instruções de 1822, ficava na mão dos recrutadores o arbítrio quanto a quem podia ser alistado.

Cabe lembrar que a visão da população livre sobre o recrutamento não era positiva. As armas eram vistas como um serviço degradante, associadas à desmoralização. É por isso que o recrutamento forçado, a “caçada humana” se transforma - pelo menos até as

últimas décadas do século XIX, na principal estratégia para angariar braços para o serviço militar.

Assim, finda a Guerra do Paraguai, em 1870, um novo quadro se abre. O país havia começado uma transformação social quando teve que “buscar recursos humanos fora da estrutura social rígida e excludente do escravismo” (SALLES, 1990:63). Além disso, a guerra contribuiu para o desenvolvimento de estruturas de autoridade, através da criação do aparato burocrático especializado (IZECKSOHN, 2004:204). A Marinha, como uma instituição militar, sai vitoriosa e fortalecida do conflito. As bases de sua estrutura burocrática vão se desenvolvendo, enquanto a instituição busca desassociar a imagem do serviço militar da idéia de castigo degradante.

Havia, basicamente, três formas de alistamento na Armada: o voluntariado, o recrutamento forçado e o alistamento de menores pelas Companhias de Aprendizes Marinheiros.² O voluntariado era bastante escasso durante a maior parte do período estudado. Fabio Faria Mendes explicita a hostilidade ao recrutamento no século XIX:

A “caçada humana” do recrutamento tinha o efeito de uma praga: vilas e cidades são abandonadas, os moços fogem, agricultura e indústria são prejudicadas. (...) Fuga, automutilação, resistência armada, falsificação de documentos, casamentos de última hora, tudo servirá na profusão de estratégias de evasão dos recrutáveis. (MENDES, 2004:125)

Diante da extensa rede de privilégios que isentava as elites e camadas médias, é a população marginalizada o alvo do recrutamento. Izecksohn confirma a caracterização dos tipos que formavam os quadros das Forças Armadas na época:

Desocupados, potenciais criminosos e desempregados eram os principais alvos dos recrutadores. Durante a maior parte do século XIX o serviço militar era considerado uma atividade brutal e perigosa, adequada apenas aos indivíduos considerados socialmente indesejáveis. (IZECKSOHN, 2004:183)

O recrutamento, cabe frisar, estava organizado como uma rede, uma “malha”, desenvolvida para reter o maior número possível de indivíduos. Assim, a cada ano, após a publicação do relatório do Ministério da Marinha, sabia-se quantos homens faltavam para completar o contingente em cada divisão da Marinha. Essa complexa “malha de recrutamento” envolvia ainda outros setores. Além dos oficiais da Marinha, submetidos ao comando das estações navais, capitania dos portos e aos comandantes dos navios, havia também os agentes da polícia ou guarda urbana, e outros indivíduos que se dispusessem à caça de recrutas. Nascimento frisa a movimentação financeira envolvida no processo: havia

gratificação em dinheiro para os agentes de alistamento, o que leva a suspeitar que “poderia ser um bom negócio” (1999:70)

O amplo sistema das “malhas de recrutamento” servia em dois sentidos. De um lado, conseguia manter a captura de recrutas durante o ano inteiro. Por outro lado, governos e autoridades policiais tinham nesse processo uma solução para se livrar dos “indesejáveis”, isto é, mendigos, menores órfãos, capoeiras, homens livres desocupados, etc. O Estado se coloca numa posição de corrigir esses homens, principalmente através da lógica do trabalho.

Especialmente no caso da Armada, a dificuldade procurou ser contornada através de premiações aos voluntários e pela formação das Companhias de Aprendizes, instituições de menores dedicadas a formar quadros para o trabalho na Marinha. No Relatório do Ministro da Marinha de 1870 há um trecho em que se afirma que a abolição do recrutamento forçado será possível com o desenvolvimento das Escolas de Aprendizes Marinheiros. Este foi outro recurso utilizado pela Marinha que, se ocupando de crianças e adolescentes abandonados ou órfãos, garantia a possibilidade de futuros marujos.

As dificuldades das companhias, no entanto, parecem omitidas, ou pelo menos amenizadas nos Relatórios do Ministério da Marinha. Podemos deduzir que esse fato se deva ao interesse da Armada em estimular as companhias, já que eram vistas como substitutas muito superiores ao recrutamento forçado, mal visto tanto pela população como pela própria instituição, visto que era um sistema dispendioso.

Percebemos que a quantidade de voluntários é muito pouco relevante, tanto pelo extenso tempo de serviço, que chegou a vinte anos, quanto pelo fato de que os trabalhos realizados na instituição eram considerados bastante árduos, tendo em vista também as condições precárias de habitação nas embarcações.

Os conflitos disciplinares entre marujos e oficiais surgiam pela própria diferença de valores e costumes dos dois grupos. De um lado, os oficiais, provenientes de instituições disciplinadoras. De outro, os marujos, homens comuns oriundos das camadas populares, majoritariamente negros e mestiços, que procuravam manter seus valores culturais.

Além dos Artigos de Guerra, os oficiais utilizavam sua autoridade para punir, dentro dos próprios navios, as faltas disciplinares menores, como previa o regulamento disciplinar em vigor, que dizia que as faltas disciplinares leves deveriam ser punidas através do castigo físico, aplicado pelo comandante da embarcação nos conveses. Essa correção a

bordo é o que Nascimento chamou de “tribunal do convés”, onde a teatralização da aplicação das penas demonstra a intenção exemplar dos oficiais.

Através do estudo dos mapas de crimes cometidos por indivíduos alistados na Armada, presentes nos Relatórios Ministeriais, percebemos que há um contraste entre o número de indisciplinados e a idéia que vinha se passando de que a indisciplina diminuiria. Entretanto, fora dos relatórios, na realidade cotidiana, a indisciplina ainda era uma constante.

Conforme a indisciplina continuava, os comandantes dos navios e os oficiais de terra endureciam os castigos aplicados aos marujos. A golilha, prisão a pão e água por alguns dias, a detenção no navio e outras punições foram progressivamente substituídas pela chibata. Entendemos que, para os oficiais, havia a necessidade de aplicar penas mais pesadas para disciplinar os homens.

Segundo Nascimento (1999), o que acabava acontecendo era o aumento dos poderes do “tribunal do convés”. Ao invés de enviar o marinheiro para o Conselho de Guerra, quando necessário, procedia-se à elevação do número de pancadas aplicadas ao condenado, em claro desrespeito às disposições dos Artigos de Guerra. A chibatada como castigo está muito ligada à visão “pedagógica” dos oficiais de então. Essa idéia está relacionada com a tarefa moralizadora e civilizatória que cabia à Marinha.

Depois do aprisionamento, esses homens pobres, entendidos como ameaças à ordem, devem ser “ensinados” para serem inseridos no mundo da ordem. Nesse sentido, o trabalho tem um papel fundamental nesse processo civilizatório. Se por um lado, o trabalho tem um efeito moralizador - uma vez que o ex-vadio passa a fixar-se como imperial marinheiro, adquirindo solidez e status - por outro lado, o trabalho braçal é associado ao castigo, ao pagamento de uma dívida social.

Dessa forma, acreditamos que é através da disciplina dos corpos, através do trabalho, amparado pelo suplício, que a Marinha realiza seu trabalho de contenção das “camadas perigosas”. É pelo fabrico de soldados disciplinados que essa instituição se propunha a vencer a guerra das ruas. A Marinha age como parte do projeto social desenvolvido no Império, porque é em suas fortalezas, prisões e no próprio recrutamento forçado que os indivíduos que pudessem oferecer algum risco à ordem estabelecida são enquadrados.

Analisamos a indisciplina como uma resistência da marujada, um reflexo da incompatibilidade entre o projeto imperial - que por princípio excluía as camadas populares - e as populações marginalizadas. Embora não gozassem das garantias constitucionais e fossem constantemente reprimidos em suas manifestações culturais e religiosas pelo Estado, eram os

indivíduos dos segmentos populares levados, majoritariamente à força, para servir na Marinha, parte do aparato repressivo desse mesmo Estado.

O desleixo das fainas, as confusões nas ruas, a embriaguez, e as outras indisciplinas marujas, apesar de não cessarem com o advento da República, vão sendo incorporadas numa conjuntura diferente. O golpe de 1889 precisa contar com o apoio da marujada. É por isso que o governo provisório altera o código que previa as punições, extinguindo os castigos corporais, através do decreto nº3.

Entretanto, também para os marujos a República parecia um banho de água fria. Os oficiais que aplicavam as chibatadas nos navios ainda eram os mesmos após o 15 de novembro. Insatisfeitos porque a indisciplina não cessava, o alto escalão da Marinha conseguiu que os castigos corporais fossem retomados pouco tempo depois. Percebemos, assim, que tanto a desqualificação do marujo quanto a violência física nas punições na Marinha foram uma continuidade, pelo menos até 1910, quando da Revolta da Chibata. Apesar de sua importância histórica, tanto como cisão na rigidez militar quanto por sua marca social forte, a Revolta da Chibata foi, durante muito tempo vista como um tabu na historiografia brasileira.

A desqualificação dos marinheiros e do episódio mostra que as interpretações do começo do século passado ainda parecem muito arraigadas hoje. Essa mesma instituição ainda tem dificuldades de lidar com o passado do recrutamento militar forçado, da violência das chibatadas e do presídio da Ilha das Cobras, optando assim por um silenciamento da memória.

Assim, acredita-se que haja a necessidade de aprofundar a coleta de fontes e os estudos acerca desse tema, partindo-se da desconstrução da idéia de alistamento militar apenas como castigo, considerando também as manifestações de resistência da cultura popular dos marujos dentro da instituição disciplinadora. Apontamos nesse sentido nossas pesquisas e análises, tendo em vista não o esgotamento do tema, mas sim o aprofundamento de algumas questões que ainda não foram consideradas em estudos sobre o período.

Referências Bibliográficas

ARIAS NETO, José Miguel. Violência sistêmica na organização militar do Império e a luta de imperiais marinheiros pela conquista de direitos. In: **História, questões e debates**. n.35, p. 81-115, Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história.** Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (org.) **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CHALOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1987.

GREENHALGH, Juvenal. **Presigangas e calabouços: prisões da Marinha no século XIX.** Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1998.

IZECKSOHN, Vitor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (org.) **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MENDES, Fabio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil dos séculos XVIII e XIX In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (org.) **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

_____. Entre o convés e as ruas. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (org.) **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.